

A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
NO PERÍODO DA *BELLE ÉPOQUE* ARGENTINA:
O PAPEL RELEVANTE DA IMIGRAÇÃO¹

MARIA HELOISA LENZ²

Resumo: No último quartel do século XIX a economia argentina experimentou um período de intenso crescimento, a *Belle Époque*. Dentre as características que marcaram este período destaca-se a questão da população e principalmente o papel da imigração, pela enorme contribuição que a mesma teve na performance da economia argentina. Em razão disso, o estudo do papel da mão-de-obra neste período consiste no objeto do presente artigo. A discussão desenvolve-se a partir de uma contextualização e da caracterização existente na literatura sobre este período. Além da imigração também foi examinado o papel da escravidão apesar de sua pouca participação e contribuição. A principal conclusão foi que o papel desempenhado pela imigração atribui especificidades ao caso argentino que o diferencia dos demais países ocidentais e latino-americanos.

Palavras-chave: história econômica Argentina, formação da mão-de-obra, imigração.

Classificação JEL: N16, N36, J61

¹ O presente artigo fundamenta-se em uma parte da minha tese de doutorado: "Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870-1930: a *Belle Époque*", defendida em junho de 2001.

Recebido em 12/09/2002. Liberado para publicação em 18/11/2002.

² Economista e Doutora em História, Pesquisadora da FEE e Professora Adjunta da UFRGS. E-mail: helolenz@portweb.com

THE ROLE OF IMMIGRATION IN THE HISTORICAL
FORMATION OF THE ARGENTINIAN LABOR FORCE
DURING THE *BELLE ÉPOQUE* PERIOD

Abstract: During the last quart of the XIX century, the Argentinian economy experienced high growth, a period which came to be known as the *Belle Époque*. Among the main features of this period two salient factors are the population increase and the inflow of immigrants. These are the subject of this paper, which begins by a survey of the literature and the contextualization of the period. The minor role of slavery is also studied. The main conclusion to be drawn from the paper is that the crucial role of immigration is the element which differentiates the Argentinian case from other Latinamerican and Western countries.

Key-words: economic history of Argentina, labor force, immigration.

JEL classification: N16, N36, J61.

1. Introdução

O período de extraordinário crescimento experimentado pela economia argentina no final do século XIX, que teve como a característica mais marcante a sua integração ao mercado internacional, conhecido como a *Belle Époque*, foi tão intenso que a Argentina despontou como a principal protagonista dos processos de crescimento que marcaram o continente latino-americano nos séculos XIX e XX, valendo-lhe inclusive a comparação com países como os Estados Unidos e o Canadá. Dentre as inúmeras características do período as mais marcantes foram a troca de posição relativa em termos de crescimento econômico que a Argentina e os demais países latino-americanos experimentaram a partir do último quartel do século XIX, a enorme incorporação de terras para o cultivo, o crescimento das exportações, as crises bancárias e, principalmente, o enorme contingente de mão-de-obra estrangeira que ingressou

no país, a ponto de ser considerado um dos maiores fenômenos de imigração dos países ocidentais do século XIX.

A mão-de-obra sempre foi um problema na formação da história argentina em virtude da sua escassez e, por decorrência, a imigração desempenhou um papel fundamental. Embora tenha havido uma experiência anterior com a escravidão, ela é pouco estudada, principalmente pela enorme dimensão e contribuição que a população de imigrantes teve na performance da economia argentina.

O objetivo deste artigo, assim, será examinar a questão da população no período de grande crescimento da economia argentina. Na primeira parte se constituirá em uma breve revisão da literatura sobre as teses explicativas do período recorde de crescimento. Na segunda se procederá na caracterização deste período, a *Belle Époque*. Na terceira será estudada a experiência argentina com a escravidão que, apesar de ser na maioria das vezes negada, não pode ser esquecida, pois também marcou a história argentina. E a quarta será dedicada ao exame do papel da imigração, sem dúvida uma das mais características facetas do crescimento argentino do século XIX.

2. As principais teses sobre o período recorde da economia argentina: breve revisão da literatura

Muitos autores debruçaram-se para explicar as razões que teriam levado a economia argentina a experimentar um sucesso econômico considerável no final do século XIX e também por que ela não foi capaz de sustentar este crescimento.

A Argentina foi contemplada com alguns trabalhos que compararam o crescimento de sua economia com o experimentado pelas economias dos países de “colonização recente e com grande extensão de terras e escassa população e falta de tradição em instituições”, tais como o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos, o que a diferencia dos demais países latino-americanos. Essa linha de trabalho está inserida dentro do marco conceitual da *Staple Theory*³,

³ *Staple Theory* também conhecida como Teoria do Produto Principal, Teoria dos “espaços vazios”, Teoria da “vasão dos excedentes”, ou modelo de pro-

ou teoria dos “*espaços vazios*”, que advoga que os países jovens que experimentaram um grande crescimento nos séculos XIX e XX tinham algumas características comuns que tanto explicam esse comportamento como também permitem que se estabeleça uma comparação entre os mesmos.

De forma resumida, a explicação do crescimento econômico dos países de colonização recente, no conceito da *staple theory*, baseia-se na alternância da produção de um produto exportável principal, com grandes vantagens comparativas em nível internacional. A exportação desse produto produz encadeamentos para frente e para trás para a economia em questão dentro da tradição de Hirschman (1981), gerando assim um crescimento auto-sustentado. A teoria do produto principal pode ser enunciada da seguinte forma: um país começa a exportação de um produto de origem primária, que eleva as rendas internas do país como um todo. As rendas mais elevadas, por sua vez, promovem um mercado para as manufaturas, ao mesmo tempo em que financiam o desenvolvimento de um setor industrial e uma economia mais equilibrada. O resultado dependerá muito da distribuição de renda no setor produtor de artigos básicos.

Paralelamente a essa explicação com base na *staple theory*, deve-se também fazer referência a extensa literatura de tradição *cepalina*, que apresenta a história e as relações da América Latina como uma variante da divisão internacional do trabalho, numa concepção de

mentos básicos é uma teoria do crescimento econômico de tradição canadense e de autoria de Watkins (1963). Por essa teoria, o crescimento econômico dos países de colonização recente é explicado através da alternância da produção de um produto exportável, produto principal, *staple*, com grandes vantagens comparativas em nível mundial. O modelo de produtos básicos foi primeiramente apresentado por Watkins (1963) para o Canadá, na seqüência de produtos de peles, sebo, carne, cereais, mas depois passou a ser utilizado para economias de “colonização recente” como a Austrália, os Estados Unidos e, para muitos autores, também para a Argentina. Essa teoria não deve ser confundida com a teoria clássica das vantagens comparativas, usada para o estudo da divisão internacional de trabalho. A principal crítica que existe em relação a ela diz respeito à questão da continuidade, pois o fato de uma economia ganhar com a exportação de produtos primários não significa necessariamente que essa renda será usada para o crescimento.

centro e periferia, sendo a atividade exportadora a principal atividade dos países periféricos, com todas as decorrências que esse atrelamento externo das economias periféricas traz.

Em relação a trabalhos específicos sobre a economia argentina, primeiramente é necessário fazer referência à obra clássica de Díaz Alejandro intitulada “Ensayos sobre la Historia Económica Argentina”, de 1970. Nesse trabalho o autor dividiu a sua análise da economia argentina em duas etapas: a anterior e a posterior a 1930. Mas a sua preocupação foi tentar explicar por que a Argentina no início do século era colocada entre os países mais avançados junto com os Estados Unidos, Canadá e Austrália tendo experimentado uma renda *per capita* elevada e um dos crescimentos mais acelerados do mundo. Assim, para ele, fazia-se necessário estudar o passado em busca de indícios sobre as dificuldades recentes e identificar quando a Argentina começou a perder sua posição relativa entre as nações mais desenvolvidas: se antes de 1930 ou depois dessa data, e quais foram as suas causas.

Foi por sua positiva visão do comportamento deste período da economia argentina, que ao equiparar o seu crescimento ao das economias de colonização recente como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, que surgiu a idéia da *Belle Époque* e de toda a mítica que passou a envolver o período de grande crescimento da economia argentina. A sua explicação para essa formidável performance é de que ele teria decorrido de importantes mudanças no comércio internacional, sendo as exportações de produtos de origem rural o elemento chave do processo.

A grande expansão de 1860-1930, para Díaz-Alejandro (1970), beneficiou em maior ou menor medida a todos os grupos importantes vinculados à economia argentina: trabalhadores nativos e imigrantes, capitalistas urbanos, proprietários de terras e investidores estrangeiros. Os proprietários de terra argentinos, cujos interesses tinham sido até então exclusivamente pastoris, mostraram maior flexibilidade do que na Austrália para aproveitar, com a ajuda dos arrendatários imigrantes, as condições favoráveis que os mercados mundiais de cereais ofereciam.

Mais recentemente surgiram novas interpretações sobre os comportamentos das economias latino-americanas e da Argentina, com

abordagens diferentes das tradicionais. Em um estudo recente de concepção institucionalista, Rosemary Thorp (2000) realizou um relato da história da América Latina, retratando a interação entre a formulação de políticas e as estruturas e instituições econômicas, sociais e políticas, buscando elucidar aspectos do desenvolvimento. Segundo ela, quando se examina a história da América Latina, aparecem duas questões básicas: o que as economias latino-americanas realizaram no curso dos últimos 100 anos e como ocorreram essas realizações?

Na história econômica do século XX, para Thorp (2000), estaria implícita uma crônica de transformações institucionais. Por instituições estão referidas tanto as organizações costumeiras, entre elas o Judiciário, os bancos centrais, como as regras do jogo, com destaque para os direitos de propriedade e mesmo costumes sociais, os quais constituem uma parte importante do pano de fundo que condiciona o comportamento e a resposta dos agentes econômicos. Para ela, a principal onda de expansão teria sido essencialmente um período de crescimento impelido pelas exportações de produtos primários. Teria havido também escassez de mão-de-obra, problema que a imigração só resolveu parcialmente. Essa escassez não conduziu a uma boa distribuição de renda, com alta remuneração do trabalho, mas a instituições que reprimiam e controlavam a força de trabalho e criavam uma oferta de mão-de-obra que espoliava os camponeses. A desigualdade estaria, portanto, profundamente intrínseca no modelo e fazia parte de sua eficácia impulsionar o desenvolvimento. Assim, a fase de crescimento impulsionado pelas exportações teria configurado e cimentado a estrutura de distribuição de renda e as instituições responsáveis por ela. A desigualdade constituía um aspecto funcional da eficiência da trajetória do crescimento.

Outro fator importante do período foi as intensas relações comerciais e políticas com a Inglaterra.

Para Thorp (2000), a Inglaterra era historicamente um mau cliente da Argentina, ainda que seu maior provedor, primeiro de artigos de consumo e depois de material ferroviário. Por conseguinte, o momento e as condições de inserção da Argentina no mercado mundial não resultavam no marco adequado: a Inglaterra começava uma retirada relativa; os Estados Unidos inundavam os mercados com uma

oferta de cereais e gado em pé, que cresciam a ritmo acelerado rebaiando os preços internacionais desses produtos.

Para a autora a Argentina, dentro da América Latina, foi o país que mais se aproximava do modelo teórico da “teoria tradicional dos produtos básicos” das economias exportadoras, ressaltando como o seu crescimento estava estreitamente associado a sucessivos surtos nas exportações de mercadorias que exigiam uso intensivo da terra, tendo essa um custo de oportunidade muito baixo. Para ela, o primeiro avanço tecnológico importante foi a introdução da cerca de arame na década de 1870.

Bulmer-Thomas (1998) afirma que, em meados do século XIX, o crescimento da economia mundial constituía a base de toda a análise sobre a política e desenvolvimento econômico da América Latina. Segundo esse especialista, em todo o subcontinente se pensava, em geral, que a melhor esperança de um rápido avanço econômico da região se baseava em uma integração mais direta com a economia mundial por meio da exportação de produtos e a importação de capitais. Em alguns países também se privilegiava a imigração europeia. Outras teorias que sublinhavam a proteção das atividades nacionais que competiam com as importações, em termos mais realistas, a promoção das exportações manufaturadas, encontraram pouco apoio entre a elite política.

Nesse contexto, um bom desempenho nas exportações era a chave do êxito. Sempre que o setor exportador aumentasse, o resto da economia também teria acréscimo. Esse otimismo mostrava-se bem fundado no caso da Argentina, em que os benefícios do aumento do setor exportador estavam realmente produzindo a transformação da agricultura, das manufaturas e dos serviços nacionais. Para Bulmer-Thomas (1998), sem dúvida, a diversificação das exportações mais exitosa foi a desse país. A introdução de novos produtos não eclipsou os antigos, e a Argentina simplesmente ampliou a gama de suas exportações. Em 1913 recebia divisas por uma impressionante variedade de produtos de cereais (trigo, linhaça, centeio, cevada e milho) e de gado (carne congelada e resfriada, cordeiros, lã e couros). Nenhum outro país da América Latina aproximou-se sequer da variedade e qualidade das exportações argentinas antes da IGM, que eram de tal magnitude que representavam quase 30%

das rendas totais latino-americanas por exportações, embora a Argentina só abrigasse 9,5% dos habitantes da região.

3. O período da *Belle Époque* Argentina: início, evolução e principais características

A Argentina do final da década de 1860, apesar de ter sofrido grandes transformações na sua estrutura econômica principalmente em função de sua ligação com o mercado mundial por intermédio das exportações, ainda se constituía em um país basicamente de economia pecuária, com grandes extensões de terra para serem apropriadas. A população e o capital do país ainda eram escassos, e também eram poucas as estradas de ferro e as instalações portuárias.

Por volta do final dos anos 1870 e início dos anos 1880 do século XIX, a economia argentina começou um período de extraordinário crescimento denominado por muitos autores como a *Belle Époque*. Esse crescimento resultou da incorporação de vastas extensões de terras férteis, pois a sua utilização tornou-se economicamente viável em razão da diminuição dos custos de transportes ter aproximado o mercado dos países europeus à Argentina, criando um aumento de demanda para as exportações argentinas. A utilização dessas terras em regiões desabitadas para a produção só foi possível graças à chegada dos imigrantes e da construção das estradas de ferro que possibilitaram o transporte, a baixo custo, dos grãos e das carnes aos portos.

Díaz-Alejandro (1970, p. 18) afirma que, desde 1860 até 1930, a taxa de crescimento da economia argentina teve poucos antecedentes na história mundial. Particularmente “(...) *en los cincuenta años anteriores a 1914 se produjo en la Argentina uno de los crecimientos más acelerados del mundo en un lapso tan prolongado*”. Na falta de dados globais, ele utilizou certos indicadores, como a extensão das estradas de ferro, as exportações para a construção de taxas de crescimento, e chegou a conclusão que daria para se supor que o PIB real argentino teria crescimento a uma taxa média anual de pelo menos 5% durante os cinquenta anos que precederam a I GM. Esse número é importante quando cotejado com a

informação de que, entre 1869 e 1914, a população aumentou a uma taxa anual de 3,4%.

Segundo Díaz-Alejandro (1970), a crescente necessidade de alimentos e a expansão ferroviária determinaram que de 1870-80 em diante houvesse um rápido aumento das exportações de gado e de cereais, que passaria a caracterizar o período de crescimento sem paralelo da economia argentina, sob o modelo primário exportador. É deste autor a famosa expressão para descrever a escolha argentina desse padrão de crescimento econômico: *commodity lottery*.

Para Cortés Conde (1991), por sua vez, o fator mais importante foi a redução dos custos de transporte marítimo, seguido pelo movimento dos meios de produção capital e mão-de-obra entre os continentes. O exame desse processo apenas pelo lado da demanda internacional não refletia, porém, toda a riqueza e complexidade desse processo histórico, o qual teve outras facetas menos óbvias. O outro lado da explicação refere-se à necessidade de ajustamento do lado da oferta para responder aos aumentos reais ou potenciais da demanda mundial. Esse ajuste do lado da oferta constituiu principalmente a reorganização dessa economia primária. Foi necessário reorganizar a produção para obter mais produtos básicos – cereais e carne – pelos fatores de produção: terra, mão-de-obra e capital.

Outros referenciais muito utilizados para defender os anos 1870/80 como marcantes do início do período foram tanto a federalização de Buenos Aires, com a conseqüente unificação da Argentina, como a chegada de Roca à presidência da República, em 12 de outubro de 1880. É interessante lembrar que para muitos autores o início dos anos oitenta também marca o estabelecimento definitivo do estado nacional argentino.

Rapoport (1988), entende que esse crescimento, na verdade descontínuo, só iniciou na década de oitenta, denominando-o, inclusive, de *Proyecto del 80*. Para ele o período de transição, em que se estabeleceram as bases políticas – institucionais e econômicas do processo que se iniciava na década de 1880, estendeu-se de 1852 a 1880, desde Caseros a Roca. Os marcos estabelecidos por ele são: a Constitucional de 1853, o estabelecimento dos Códigos Civil e Comercial e a capitalização de Buenos Aires. Assim, em 1880, o país

começou a estruturar-se, apesar das crises políticas e militares, como os enfrentamentos entre Buenos Aires e o Governo Nacional, conflitos internacionais – guerra com o Paraguai – e expedições contra os índios, o marco institucional e a estrutura política própria de um Estado nacional, processo que se complementaria logo sob o governo de Roca.

De acordo com Cortés Conde (1997), o crescimento ocorrido entre 1875-1912 teve como causa a exploração dos recursos naturais e as melhorias neles realizadas, já que aumentaram sua produtividade. Não se teria tratado somente de incorporação de terras, de recursos naturais, mas também de mudanças tecnológicas no setor agropecuário, que possibilitaram a produção de cereais em terras de gado e implementação de pastagem permanente e a produção de carne para exportação. Isso teria conduzido a uma maior valorização da terra. Assim, foi a incorporação de capital e trabalho na terra que aumentaram sua rentabilidade. O investimento em ferrovias diminuiu os enormes custos de transportes e ao fazê-lo possibilitou aos cereais e às carnes os mercados domésticos urbanos e os externos, criando um mercado que até então não havia. Como foi visto, esse comportamento não aconteceu apenas no setor primário, pois a taxa total foi impulsionada pelo setor industrial, de construção e do comércio. Na tabela 1 o autor apresenta uma periodização do crescimento do PIB argentino para o período 1875/1948 ficando evidenciados os subperíodos 1875-1896 e 1896-1912.

Tabela 1 – Crescimento médio do PIB argentino em distintos períodos – 1875/1948

Período	Crescimento Médio
1875-1896	3,7
1896-1912	2,3
1912-1928	-0,1
1928-1948	2,3

Fonte: Cortés Conde y Harriague (1994, p. 4)

Assim, a nova fase da economia primária exportadora argentina, iniciada no final da década de 60 do século XIX pode ser sumarizada por dois fatores: 1) expansão e integração crescente na economia mundial; 2) grande expansão das terras férteis, com baixa população, na zona pampeira. O primeiro refere-se à importância do progresso técnico como fator determinante da integração da Argentina na economia mundial. Pode ser desdobrado em fluxo de capitais, migrações e expansão comercial. A Argentina, nesse sentido, constituiu-se no caso mais significativo de um país integrado à economia mundial, pois esse período marcou o aumento vigoroso das suas exportações e ela passou a deter um lugar de destaque nos mercados internacionais, tanto pelo volume de seu comércio exterior, quanto pela magnitude dos capitais estrangeiros nela investidos e da chegada de grandes contingentes de imigrantes.⁴ O segundo fator foi à chamada “Campanha do Deserto”, quando foram incorporadas para o cultivo novas e importantes zonas de grande fertilidade, determinantes nessa nova etapa do desenvolvimento. Os dois fatores se interligam numa terceira característica marcante nesse período: a construção das estradas de ferro.

Sem dúvida a ocupação, o povoamento e a exploração destas terras de uma tal magnitude tiveram um forte impacto na economia e na sociedade. Esse fenômeno teve características particulares importantes. Em primeiro lugar, a maior expansão do território se produziu em um breve período de tempo, a década de 80. Por outra parte, em uma proporção importante, a zona ocupada se converteu na região mais importante do país, o pampa úmido. Ali não existiam assentamentos prévios, nem população, nem estruturas definitivamente conformadas. Os índios que lá habitavam voltaram para a cordilheira. Não existia pressão de população, as terras foram povoadas depois com os imigrantes. De fato surgiu uma sociedade completamente nova.

⁴ A respeito disso, Halperin Donghi (1982, p.181) afirma que a hegemonia dos operadores econômicos ligados às finanças ultramarinas constitui o aspecto mais relevante do desenvolvimento da cultura dos cereais.

O argumento que prevaleceu por muito tempo é que o acesso à terra esteve limitado, por razões legais ou econômicas, a grupos de antigos a grandes proprietários e que por isto existiram barreiras de entrada no mercado. A idéia era que faltava uma legislação tal como a *Homestead Act* que foi implementada nos Estados Unidos e Canadá, e que assim os grandes proprietários que tinham o poder político e manejo do crédito, puderam controlar a oferta de terras.⁵

A Argentina para poder competir no mercado internacional passou a incorporar imensas extensões de terra em vista da necessidade de buscar novos pastos. Cabe observar que a expansão territorial, além de melhorar a atividade econômica, possibilitou a ocupação militar de novos territórios. Assim, a construção das estradas de ferro foi viabilizada por capitais ingleses e a integração da Província de Buenos Aires à economia nacional foi solucionada pelo incentivo aos fluxos migratórios.

O período compreendido entre 1860-80 teve como principal característica a adoção de uma ampla política de colonização. Na verdade, a escassez de mão-de-obra na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX, em primeiro lugar pelas extensas áreas desertas do pampa incorporadas pela Campanha do Deserto e em segundo pela pouca viabilidade em relação a produção da mão-de-obra escrava.

As primeiras idéias de imigração na Argentina foram expressas por Rivadávia, em 1820, mas só foram efetivamente implementadas com sucesso após 1870, pois políticos, como Rosas, tinham pouco interesse em projetos de imigração. Entre 1870 e 1914 chegaram à Argentina quase 6 milhões de imigrantes, principalmente homens jovens, espanhóis e italianos, sendo que em 1914 os estrangeiros superaram o número de argentinos de nascimento no grupo de 20 a 40 anos. Isso explica porque a influência dos imigrantes foi maior na força de trabalho total do que na população em geral. Houve duas influências da imigração na formação da força de trabalho: primeira,

⁵ Esta tese foi defendida por dois importantes historiadores: Scobie e Solberg. Para este último a diferença foi o papel do Estado no Canadá na adoção de uma política de exploração familiares que deu acesso a terra.

diretamente no crescimento da população total e no incremento da taxa de crescimento natural da população e segunda na quantidade anual de mão-de-obra que entrou no mercado de trabalho. Sobre a magnitude da imigração na Argentina, Oddone (1972, p.13) afirma: “Nunca entrou em um país uma imigração tão proporcionalmente grande em um período tão breve”.

Desse modo, entre as inúmeras características da fase do período de crescimento econômico experimentado pela Argentina a população foi, sem dúvida, uma das características mais marcantes, sendo conjuntamente com o capital externo e a grande incorporação de terras férteis, um dos seus principais alicerces.

4. A tentativa frustrada e negada da escravidão

O primeiro censo nacional populacional só aconteceu na Argentina em 1860⁶ e, de acordo com suas cifras, o país estava povoado com aproximadamente 1,8 milhões de habitantes, dos quais 11,5 % eram estrangeiros. Os argentinos eram em sua maioria de origem hispânica e a proporção de sangue indígena variava de quase zero por cento em torno dos centros urbanos até altas percentagens nas fronteiras com o Paraguai, o Brasil, a Bolívia e o Chile.⁷

Embora a escravidão africana seja um assunto pouco estudado na história argentina, muitas vezes inclusive negada e minimizada como fator integrante da população argentina, houve, como na maioria dos países da América Latina, tentativas de usá-la como força de trabalho no começo da história argentina, o que leva a examiná-la quando se analisa a formação de sua mão-de-obra.

⁶ Segundo Vázquez-Preseido (1971), é interessante notar que o primeiro censo de 1860 foi realizado exatamente 300 anos depois das primeiras explorações dos territórios do Prata.

⁷ É interessante notar que, apesar de toda a mobilização em relação à Campanha do Deserto, a população indígena nunca foi muito numerosa no território argentino. Ingenieros *apud* Vázquez-Preseido (1971) a estimou ao redor de 530.000 até 1700 e só 210.000 em 1810, sendo que o primeiro número foi considerado demasiadamente alto pelos outros autores.

Para Hennessy (1992, p.10) por terem sido muito influenciados por teorias racistas do final do século, “(...) os argentinos prediziam um futuro prejudicado para países com importante legado africano como no vizinho Brasil, cheio de dúvidas sobre si mesmo e imbuídos com pessimismo sobre sua mistura racial”.

Em 1714 mais ou menos 25% da população de Buenos Aires tinham origens africanas – descendentes dos escravos introduzidos pelo *asiento*, um triste exemplo do início da influência inglesa. No final do século os afro-argentinos tinham virtualmente desaparecido.⁸

Para Vázquez-Presedo (1971), durante certo tempo, a raça negra esteve representada entre os componentes visíveis da população argentina. A importação de escravos havia deixado um vestígio demográfico, cujo tamanho sempre foi muito reduzido pela comparação com países como o Brasil, a América Central ou mesmo com os Estados Unidos. Segundo esse autor a população negra havia praticamente desaparecido por completo do país em 1914.

Thomas (1997) lembra que, quando na formação de Buenos Aires, o primeiro triunvirato revolucionário, em um raro momento de lucidez, proibiu em 1812 o comércio de escravos em termos grandiosos, embora um comércio clandestino tenha continuado por mais alguns anos. É interessante notar que o libertador San Martín pensava que em seu exército: “os melhores soldados de infantaria que nós temos são os negros e mulatos”. (Lynch *apud* Thomas, 1997, p. 577).

De acordo com Thomas (1997), houve uma herética ansiedade sobre o comércio de escravos antes de 1788, pois, apesar da aparente estabilidade desse comércio, ninguém sabia qual seria o seu período de duração. Nessa época os plantadores que sempre usaram escravos passaram a comprá-los com os preços inflacionados, uma vez que eles temiam que pudessem não mais encontrá-los. O problema piorou, evidentemente na visão dos usuários de escravos, pois muitos países latino-americanos, ansiosos pelo comércio, reconhecimento e proteção britânica e não mais se sentindo tão de-

⁸ Segundo Thomas (1997, p. 567), um quarto da população de Buenos Aires ainda era de origem africana em 1810.

pendentes das instituições da escravatura, começaram apressadamente a abolir seu próprio comércio de escravos. Por outro lado, os britânicos, com um monopólio virtual sobre toda a produção tropical, tinham também a única Marinha, que poderia intervir em cada continente. Assim, o Brasil, a Argentina e as outras colônias espanholas eram suas dependentes virtuais. Canning dizia candidamente, em 1824, “A América Espanhola é livre e, se nós não conduzirmos mal nossos deploráveis assuntos, ela é inglesa”. (King *apud* Thomas 1997, p. 577).

A Argentina aboliu a escravatura em 1816 como uma das primeiras ações do seu processo de independência, como a maioria dos países latino-americanos. Segundo Thomas (1997, p. 598) é sempre com orgulho que esses países lembram que a sua abolição ocorreu antes da dos Estados Unidos.

Em relação a escravidão indígena não há registro histórico, pois não houve uma tentativa efetiva tal qual no Brasil, provavelmente em razão do tipo de atividade que o país passou a desenvolver. De acordo com Hennessy (1992), o plano do projeto argentino não foi ameaçado por uma população indígena não-assimilada como as existentes nos países andinos. Os índios sobreviventes da Guerra do Deserto foram maiores em escala do que os das guerras indígenas do meio oeste-americano, vivendo miseravelmente em quase exclusão.

5. O papel da imigração no desenvolvimento argentino

Quando a questão indígena e da escravidão foram esgotadas como forma de povoar a Argentina, iniciaram-se os esforços por parte das autoridades para incentivar a imigração.

O movimento imigratório para a Argentina teve causas muito diversas. Sem dúvida, as melhoras na navegação e o drástico barateamento dos custos tornaram possível o deslocamento de alguns milhões de pessoas do outro lado do Atlântico. Entre suas causas também se encontram fatores econômicos, sociais e políticos que de algum modo impulsionaram uma enorme quantidade de pessoas a abandonar seus lugares de origem e enfrentar uma nova vida em um lugar tão distante.

Ainda que a redução dos custos de transportes e a crise agrária na Europa sejam computadas entre as causas da corrente imigratória, uma deliberada política de atração de imigrantes por parte do governo argentino e as características de país “novo” com grandes extensões de terra funcionaram como um extraordinário fator de atração. Na época estudada, existiu o movimento do deslocamento de uma população para as zonas rurais, que significou também uma mudança na relação gado/população existente (tabela 2).

**Tabela 2 – Relação gado/população na
Província de Buenos Aires* – 1884 e 1896**

Discriminação	1884	1896
Norte	147	70
Centro	319	243
Sul	501	314

Fonte: Cortés Conde (1975, p.150) Nota: Província de Buenos Aires, Anuario estadístico, 1884 y 1896.

* Nota: Relação en los anuarios como la unidad ganadera menor a la tasa de 8 ovejas/1 vaca, 8 vacas/10 caballos y 8 mulas/10 vacas.

Como já foi dito, a questão da população sempre foi uma preocupação para os governos argentinos. Na verdade, a escassez de mão-de-obra na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX. As primeiras idéias sobre a imigração para o país foram expressas por Rivadávia, em 1820, mas só foram efetivamente implementadas com sucesso após 1870, pois políticos, como Rosas, tinham pouco interesse em projetos de imigração. Esse problema foi vivamente descrito por Sarmiento que, juntamente com Alberdi, enfocou a questão da população para o desenvolvimento argentino.⁹

⁹ Um exemplo interessante é dado pelas palavras do Bispo de Córdoba, frei José Antonio de San Alberto que descobriu em 1870, com horror, que não

Essa preocupação já estava presente nas palavras de Juan B. Alberdi na sua célebre obra “Bases”:

“La población – necesidad sudamericana que representa todas las demas – es la medida exacta de la capacidad de nuestros gobernantes. El ministro de Estado que no duplica el censo de estos pueblos cada diez años, ha perdido su tiempo en bagatelas y nimiedades.” (Alberdi, *Bases*, XV, apud Maeder, 1980, p. 555)

Segundo Corté Conde (1979), as palavras de Alberdi na sua célebre obra “Bases”, acabaram ratificadas nos princípios da primeira Constituição, que teve a preocupação de também assegurar os princípios de estabilidade e segurança jurídica, como liberdade de cultos e a secularização da vida social.

Depois da Independência as juntas do governo garantiram aos estrangeiros todos os direitos civis dos nativos, antecipando assim as cláusulas liberais da Constituição de 1853, destacando-se os artigos 14 e 20, em que era estendido a eles o direito de exercer todas as profissões e de professar livremente seus cultos religiosos.¹⁰ Da sua leitura fica clara a extensão dos direitos garantidos aos imigrantes, uma das mais liberais, quando comparada com as legislações dos demais países da época.

Durante muitos anos, a frase “gobernar es poblar” foi um impulso e um ideal da nova nação. No imaginário argentino da época, existia a idéia da “despopulação”¹¹ do país, a visão da Argentina como um imenso deserto, inexplorado e sem cultivo. Esta imagem mobilizou a política argentina, ao menos desde 1880, e converteu o país em um dos maiores pólos de imigração do Ocidente ao longo de mais de meio século.

havia população suficiente para sustentar uma rede de relações sociais: cada vizinho é um povo à parte. *Cartas pastorales del Ilustrísimo y Reverendísimo Sr. D. Fr. José de San Alberto apud Halperín Donghi* (1973, p. 3).

¹⁰ Constitución de 1853 apud Vázquez-Preledo (1971, p. 109).

¹¹ Vázquez-Rial (1996, p. 21) lembra que Sarmiento escreveu na sua obra *Facundo*, que “o mal que afligia a Argentina era a extensão”.

Além disso, existia efetivamente um *deserto*¹² real a ser povoado, e o mero crescimento vegetativo da população não tinha essa capacidade, de maneira em que a imigração começou a ser vista como uma solução simples e rápida.

O exemplo dos Estados Unidos, com seu povoamento de novos territórios e seu rápido crescimento na maior parte do século XIX, na mesma época em que a Argentina ainda estava envolvida em guerras civis foi decisivo para gerações de políticos e governantes. (Cortés Conde, 1979, p. 73).

Segundo Vázquez-Presedo (1970) uma notável mensagem ao Congresso do presidente Avellaneda de 1876 ilustra com clareza essa permanente preocupação:

La migración de hombres y los movimientos de capital obedecen ciertas leyes, frecuentemente con similares resultados. El inmigrante pide protección a su país de adopción y huye de exacciones, violencia y anarquía. Países rebeldes y desordenados no son tierras de inmigración. El inmigrante pretende adquirir su tierra y nosotros, propietarios de inmensos territorios, no hemos sido lo suficientemente sabios como para ofrecérselos; debemos abolir todo obstáculo que impida la inmigración. (Vázquez-Presedo, 1971, p.110).

Segundo Cortés Conde (1979), nas novas zonas do território argentino, durante a década de setenta, o tipo de produção foi mais capital – intensivo, entendendo o gado como parte do capital da empresa agropecuária, enquanto o período posterior a 1890 foi mais do tipo trabalho- intensivo. Isso pode explicar-se pela relação com o tamanho dos mercados existentes no início da incorporação dos territórios, em 1880, e o crescimento vegetativo dos rebanhos, pois nessa época existia um capital excedente – o gado – que permanecia ocioso. Assim, em que pese o rápido crescimento demográfico, o país não tinha alcançado níveis que cobrissem as necessidades de mão-de-obra no mercado de trabalho. Por isso o entendimento de

¹² A incorporação de terras ao território argentino através das Campanhas se seu da seguinte maneira: com o fim da Campanha de Alsina, foram incorporados 56. 000 Km² de território, e com a do General Roca, mais de 550.000 Km.

que o fator trabalho era escasso. O fato de a exploração de gado ter sido a primeira atividade pode explicar, mais do que a política de terras, a necessidade de poupar esse fator.

A Argentina sempre foi uma terra de rebanhos, em que se sabia menos sobre lavouras e homens, conforme lembra Landes (1998). O triunfo da atividade pastoril e a relativa negligência da agricultura estavam intimamente relacionados com a política agrária e a imigração. Segundo ele, a mão-de-obra continuou de pequeno volume durante a maior parte do século XIX, embora a criação de gado nos pampas não necessitasse de muita mão-de-obra masculina. A consequência imediata dessa situação da mão-de-obra foi, sem dúvida, o atraso no desenvolvimento da agricultura.

Rapoport (1988) lembra que recém em 1876 tinha sido promulgada a Lei n. 817, conhecida como 'Ley Avellaneda', que procurou, com muito menos êxito que o *Homestead Act* dos Estados Unidos, a qual pretendia tomar como exemplo, vincular em forma orgânica a imigração para a colonização de extensos territórios inexplorados. Essa lei assegurava o pagamento da passagem completa, mas ao mesmo tempo não assegurava ao imigrante a segurança de dispor de terra. (Ortiz, 1987). Mas, os imigrantes que chegavam ao país eram diferentes dos pretendidos pelo governo, pois eles não procediam de países nórdicos ou anglo-saxões, pois os grandes contingentes provinham da Espanha e Itália.

Quando começou a imigração maciça, a política de colonização oficial para pequenos proprietários já havia sido abandonada, e a colonização privada diminuía ou estava em mãos de especuladores.

O estado argentino ao legalizar a questão da terra e da imigração, renunciava, assim, a toda política de forma a facilitar toda a possibilidade do imigrante de adquirir terras. Pelas palavras de Ortiz (1987, p.109): "Em lugar de colonos [o governo] não solicitou, desde então, senão peões". Além de outros fatores como proximidade, estabilidade política, língua e costumes que fez a grande contingência de imigrantes como o caso dos Estados Unidos, era evidente que, pela política do Estado argentino, não se podia esperar que chegassem cidadãos dos lugares mais avançados. Em função da religião, a maioria de colonos oriundos da Europa era protestante. A política

agrária argentina parecia ser deliberadamente projetada para manter os colonos fora.

Segundo Díaz Alejandro (1985), a migração para a Argentina requereu poucos subsídios. Ao contrário, com a população de 2.5 milhões em 1880, recebeu 3.2 milhões de imigrantes durante 1880-1910, mais do que 80% da Itália e Espanha. Os arquitetos da política liberal de imigração tinham desejado imigração do noroeste da Europa, e montaram leis depois de 1860 (inclusive tolerância religiosa) para acomodá-los. Alguns vieram, mas a Argentina permaneceu predominantemente latina.

A tabela 3 apresenta os primeiros números do fluxo imigratório para a Argentina para o período 1871-1878, cotejados com os dados de emigrantes.

**Tabela 3 – Fluxo migratório para e da Argentina – 1871-1878
(em milhares de pessoas)**

Anos	Imigrantes	Emigrantes	Diferenças
1871	20,9	10,7	10,2
1872	37,0	9,2	27,8
1873	76,3	18,2	58,0
1874	66,3	21,3	46,9
1875	42,0	22,5	19,4
1877	36,3	18,3	17,9
1878	42,9	14,8	28,0

Fonte: Lewis (1980, p. 93).

Pela análise da tabela 3, identificam-se os anos de 1873 a 1874 como os de pico da chegada dos imigrantes ao país, assim como a tendência crescente durante todo o período em questão. Na década de 1870, a imigração líquida registrou a média anual de 28,6 mil; nos anos 80 a média triplicou para 86,5 mil. Depois o fluxo diminuiu para 40,6 mil nos anos de 1990; e em seguida, no novo século,

especialmente de 1904 a 1913, triplicou de novo, para 125,9 milhões.

Essas diferenças na política e cultura estão refletidas nos números da imigração. Na Argentina, ela só adquiriu impulso no último quartel do século, quando o cultivo do trigo deslanchou – cerca de meio milhão de ha cultivados no começo da década de 1870, ainda apenas 1,3 milhão no início dos anos 90, depois a explosão, cerca de 24 milhões às vésperas da IGM.

Lynch (1993), um dos principais historiadores argentinos, escreve sobre imigrantes chegando “em enormes bandos” – cerca de 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 3,1 milhões permaneceram num país com uma população de 1,7 milhão de habitantes em 1869 (não contando os índios) e 7,8 milhões em 1914. O fluxo não era regular, refletindo acontecimentos políticos, condições econômicas e pressão populacional do país de origem.

Segundo Landes (1998), os números líquidos subestimam a contribuição imigrante para a oferta de mão-de-obra, pois os números por si só não contam a história toda. Poucos europeus que permaneceram se tornaram cidadãos – entre 1850 e 1930, menos de 5% de imigrantes adotaram a nacionalidade argentina porque, entre outras razões, como cidadãos estariam sujeitos a prestar o serviço militar.¹³ Para Landes (1998, p. 363), comparando os conhecimentos e qualificações dos imigrantes argentinos com os que foram para os Estados Unidos, “os imigrantes para a Argentina teriam de recuperar mais tarde o seu atraso. Nunca o conseguiram”.¹⁴

Com relação à imigração interna, ela foi lenta na Argentina, pois parecia ser mais fácil trazer trabalhadores sazonais da Europa do

¹³ Este período registrou, em seus primeiros anos, uma naturalização insignificante: em 1895, somente 0,16%; em 1914, 1,4%- (Cornblit *apud* Landes, 1998).

¹⁴ Landes (1998) manifesta a preocupação de que tal comparação poderia parecer chocante (politicamente incorreta), mas para ele isso não se constitui mais que um simples fato, e insere-se dentro dos esforços dos economistas para ponderar as contribuições da mão-de-obra para o crescimento da produtividade por anos de escolaridade e outros aditamentos ao capital humano.

que do norte da Argentina, mesmo quando havia quantidades de trabalhadores na Argentina ganhando salários menores.

Segundo Díaz Alejandro (1985), em contraste, foi a política de *peopling the wilderness* da Argentina, advogada por Alberdi. Isso fez com que a Argentina se “europeizasse” e mantivesse o salário baixo, e permitiu aos proprietários reter uma maior parte da renda. Mas isso também levou a um movimento de aumento da população na Argentina.

Identificam-se duas fases em relação à atração dos imigrantes para a Argentina. Na primeira fase, a dos anos oitenta, o fator de atração foi a terra abundante e barata. Por sua vez, nos anos pós- crise dos anos noventa, o fator de atração foram os salários pagos na Argentina¹⁵, principalmente para os trabalhadores temporários.

Parte da mão-de-obra que entrava no país dirigia-se ao setor agrícola que, com o aumento da extensão da terra cultivada, seguiu aumentando durante todo o período, inclusive durante a crise de 1890.¹⁶ Isso aliviou o problema da falta de emprego e impediu que se agravasse. A atração desses trabalhadores foi os salários reais dessa época que chegavam a ser de 2 ou 3 vezes os pagos na Espanha ou na Itália, mesmo corrigidos pelo custo de vida. (Williamson apud Taylor 1994). Quando a atividade econômica melhorou depois de 1900, houve novamente a resposta imediata do incremento da imigração.

Sem dúvida, o que caracterizou o processo imigratório argentino inaugurado após os anos 80 do século XIX foi a falta de acesso à terra, que já se encontrava distribuída e apropriada nessa época, e, sem um plano alternativo de colonização, frustrou os planos de uma ocupação nos apregoados “espacios vazios”.

¹⁵ Mulhall apud Vázquez-Presedo (1971) corroboram estas informações afirmando também que as principais correntes imigratórias de italianos e espanhóis foram atraídas por salários que correspondiam à metade do que se pagava na Inglaterra em empregos similares ou a 1/4 do nível pago nos Estados Unidos.

¹⁶ Também houve contingentes de trabalhadores imigrantes engajando-se em atividades temporárias e por isso ganharam o apelido *birds of passage* ou *golondrinas*. Bunge (1931) e Conde (1979).

Tabela 4 – Imigração e emigração, 1879-1890

Anos	Imigrantes	Emigrantes	Saldos
1870	40,0		+ 40,0
1871	20,9	10,7	+ 10,2
1872	37,0	9,1	+ 27,9
1873	76,3	18,2	+ 58,1
1874	68,3	21,3	+ 46,9
1875	42,0	25,6	+ 16,5
1876	31,0	13,5	+ 17,5
1877	36,3	18,3	+ 18,0
1878	43,0	14,9	+ 28,1
1879	55,1	23,7	+ 31,5
1880	41,6	20,4	+ 21,3
1881	47,5	22,4	+ 25,1
1882	51,5	8,3	+ 42,8
1883	63,2	9,5	+ 53,7
1884	77,8	14,4	+ 63,4
1885	108,7	14,6	+ 94,1
1886	93,1	13,9	+ 79,2
1887	120,8	13,6	+ 107,2
1888	155,6	16,8	+ 138,8
1889	261,0	40,6	+ 220,3
1890	110,6	80,2	+ 30,4

Fonte: Cortés Conde (1979, p.76). Nota: Excluding first-class passengers.Extracto estadístico de la Republica Argentina, correspondiente al año 1915 (Buenos Aires, 1916).

A tabela 4 apresenta uma série de dados extremamente completa da imigração e emigração para o período 1879-1890, em que a coluna saldo torna evidente a crescente imigração do período. O seu exame também evidencia a concentração do fluxo imigratório principalmente na última década.

A integração do mercado de trabalho argentino com a Europa, em especial com a Itália e a Espanha, segundo Díaz Alejandro (1970), chegou a tal ponto que os trabalhadores europeus cruzaram o Atlântico somente para trabalhar nas colheitas e depois retornavam aos seus países de origem. É preciso advertir para a enorme importância da imigração no auge da oferta de trabalho. Entre 1857 e 1930 teve lugar uma imigração líquida de uns 3,5 milhões em um país cuja população total era de 1,7 milhões em 1869.

A tabela 5 construída por Díaz Alejandro (1970), mostra os vínculos existentes entre o mercado de trabalho argentino, italiano e espanhol.

Tabela 5 – Imigração líquida para a Argentina a partir de países ultramarinos, 1857-1930 (milhares de pessoas para o período indicado)

Períodos	Não argentinos com passagem marítima de segunda e terceira classe	Total de pessoas com passagem marítima de todas as classes
1857-60	11,1	12,7
1861-70	76,6	80,5
1871-80	85,1	90,7
1881-90	637,7	648,7
1891-1900	319,9	337,8
1901-10	1 120,2	1 134,3
1911-20	269,1	280,0
1921-30	856,0	905,8
1857-1930	3 375,7	3 490,5

Fonte: Díaz Alejandro (1970, p.186).

Esta tabela apresenta com destaque os passageiros com passagem de segunda e terceira classe para o período 1857-1930, mostrando que o pico de entrada no país desse tipo de imigrante foi a década de 1901-10.

Dos 6,3 milhões de imigrantes ultramarinos que chegaram à Argentina entre 1857 e 1930, 46% eram italianos e 32% espanhóis, sendo que a participação italiana tendeu a diminuir no transcurso dos anos, ao mesmo tempo em que a imigração proveniente da Espanha e Europa oriental teve suas taxas aumentadas. São vários os elementos que explicam essa composição, destacando-se as suas relações com o clima, o idioma e, uma vez iniciado o processo, o encontro de um grande número de compatriotas no país, atenuando assim as dificuldades iniciais na chegada ao país.

A participação argentina nas correntes migratórias de pessoas não latinas era pequena quando comparada com países como os Estados Unidos.

Um grupo que chama a atenção pela sua pequena participação no contingente de imigrantes, principalmente em função da sua grande importância em outras esferas da vida argentina, foi o dos imigrantes ingleses.

Muitos fatores, além da inaptidão e falta de interesse na produção de gado, desestimularam uma forte imigração inglesa.

Um deles foi o relatório do Cônsul inglês, em 1872, advertindo fortemente quanto à imigração para a Argentina. Por sua leitura, dessa vez não eram os índios, mas sim os *gauchos malos*, os vilões, que teriam matado quatorze fazendeiros, inclusive ingleses, em uma rebelião dos nativos argentinos. A sua publicação, assim, novamente teve o efeito de interromper os fluxos estrangeiros para os pampas. (Slatta *apud* Hennessy, 1992). O pensamento inglês da época era que a vida na Argentina era cheia de aventuras e oportunidades para acumular bastante capital e depois gozar a vida na Inglaterra. Ao menos nesse aspecto eles dividiram com os espanhóis a mentalidade de *hacer la América*. Mas eles tinham mais interesse em investir em estradas de ferro e em outros negócios rentáveis do que fazer parte da formação da força de trabalho argentina. (Hennessy, 1992).

Mas é importante ressaltar que os imigrantes ingleses, apesar de seu pequeno número, tiveram grande influência na vida argentina, principalmente pelo *background* trazido pelos mesmos. Segundo Vázquez-Preledo (1971, p.116), o número de residentes britânicos era em torno de uns 20.000 habitantes e de menos de 30.000 em 1914, incluindo entre esses totais tanto profissionais e comer-

cientes como trabalhadores. Segundo ele a Argentina tinha poucos atrativos para o imigrante inglês, pois ele tinha de competir não só com a população nativa, como também com a crescente imigração italiana e espanhola que tendia a reduzir os salários. Os principais obstáculos para uma crescente imigração maciça inglesa foram os seguintes: clima, idioma, costumes e religião, o sistema de posse de terra, as invasões dos índios, o confisco injusto da propriedade tanto por tropas rebeldes como pelas governamentais.

Diferentemente dos Estados Unidos onde a imigração era uma questão política quando tanto os Democratas como os Republicanos procuravam recrutar os imigrantes para as suas fileiras, na Argentina, o sistema oligárquico não os acolheu. Uma prova disso é que, mesmo em 1916, somente 12% da Câmara dos Deputados e 4% do Senado eram de primeira geração argentina. Mesmos as leis de imigração mais frouxas não fizeram variar o fluxo do Império, pois a percentagem dos britânicos no total da população de Buenos Aires que era de 3,5% em 1860 chegava a apenas 0,93% em 1914.

Segundo Conde (1975), entre 1885 e 1889, a imigração representou em média 76% do crescimento anual da população e 58% entre 1904 e 1910.

Entre 1870 e 1914, chegaram à Argentina quase 6 milhões de imigrantes, principalmente homens jovens, espanhóis e italianos, sendo que em 1914 os estrangeiros superaram o número de argentinos de nascimento no grupo de 20 a 40 anos. Isso explica por que a influência dos imigrantes na força de trabalho total foi maior do que na população em geral. Houve duas influências da imigração na formação da força de trabalho: primeira, seu aporte direto no crescimento da população total e no incremento da taxa de crescimento natural da população; segunda, seu aporte anual de mão-de-obra que entrou no mercado de trabalho. Sobre a magnitude da imigração na Argentina, Oddone (1972) afirma que em nenhum outro país entrou um contingente de imigrantes tão grande em um período tão breve.

A influência da imigração atingiu todos os níveis da sociedade argentina, não se restringindo apenas ao mercado de trabalho. Do ponto de vista cultural e social, a imigração de 1857-1930 atribuiu ao país características diferentes. Segundo Díaz Alejandro (1970), a

imigração determinou uma mudança fundamental na distribuição demográfica dentro do território argentino.

Finalmente, a tabela 6 apresenta em dados completos a relação entre a população e a imigração no período retirado do excelente documento histórico de estatísticas de Vazquez Presedo (1988).

Tabela 6 – A imigração e sua influência no crescimento anual da população na Argentina (milhares)

Anos	População		Imigração	Emigração	Saldo	
	(1)	(2)			(3)	(4)
1869	1 830	1 830	-	-	-	-
1870	1 882	1 881	29,5	57
1871	1 936	1 914	20,9	10,7	10,2	31
1872	1 989	1 965	37,0	9,2	27,8	54
1873	2 045	2 047	76,3	18,2	58,0	71
1874	2 102	2 119	68,3	21,3	46,9	65
1875	2 161	2 161	42,0	25,5	16,4	39
1876	2 223	2 204	30,9	13,4	17,4	40
1877	2 287	2 249	36,3	18,3	17,9	40
1878	2 353	2 304	42,9	14,8	28,0	51
1879	2 421	2 363	55,1	23,6	31,4	53
1880	2 492	2 413	41,6	20,3	21,2	42
1881	2 565	2 467	47,4	22,3	25,1	46
1882	2 639	2 540	51,5	8,7	42,7	59
1883	2 716	2 624	63,2	9,5	53,7	63
1884	2 797	2 719	77,8	14,4	63,3	66
1885	2 880	2 846	108,7	14,5	94,1	74
1886	2 966	2 959	93,1	13,9	79,2	69
1887	3 056	3 102	120,8	13,6	107,2	75
1888	3 158	3 278	155,6	16,8	138,7	78

Tabela 6 - A imigração e sua influência no crescimento anual da população na Argentina (milhares)

Anos	População		Imigração	Emigração	Saldo	
	(1)	(2)			(3)	
1889	3 265	3 538	260,9	40,6	220,2	84
1890	3 377	3 613	110,5	80,2	30,3	40
1891	3 490	3 627	52,0	81,9	-29,8	-
1892	3 607	3 700	73,2	43,8	29,4	40

Fonte: Vazquez Presedo (1988, p.124), Notas: 1 Cálculos oficiales (Censo de 1914); 2 Estimaciones del autor. (Tesis, Universidad de Oxford); 3 Porcientos de la inmigración en el crecimiento anual.

Desse conjunto de dados, destaca os quinquênios 1885-1890, 1905-1910 e 1910-1915 em que a taxa de imigração líquida superou a do crescimento vegetativo, sendo que no primeiro foi mais do que o dobro.

6. Considerações finais

O período de intenso crescimento da economia argentina ocorrido no final do século XIX, que teve como base a exploração de recursos naturais, aliada à grande abertura ao exterior, provocou um enorme deslocamento de capitais e trabalho, e pode ser sintetizado pela elevada relação terra/população, grandes quantidades de exportações, abertura aos mercados externos e intensa relação com a Inglaterra. A acumulação de capitais foi um ponto central neste período de crescimento em que a liderança britânica e as características dos sistemas financeiro internacional e nacional foram muito importantes. O crescimento argentino não foi somente um recorde entre os países de povoamento recente e com grande crescimento como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, mas também estabeleceu um recorde doméstico, um marco difícil de ser novamente alcança-

do. A extensão e qualidade dos resultados materiais alcançados nessa época levaram à criação dentro da consciência do povo argentino de uma ideologia de progresso ilimitado. Mas o mais importante foi o caráter instável deste crescimento e a incapacidade do país de manter taxas razoáveis no longo prazo, o que conferiu uma característica peculiar a toda a história da economia argentina.

A Argentina, depois de dominado o Deserto, enfrentou a questão da necessidade de mão-de-obra tanto para preencher o espaço conquistado como para justificar suas ações e torná-lo produtivo, pois no imaginário argentino da época, existia a idéia da “despopulação” do país – a visão da Argentina como um imenso deserto, inexplorado e vazio, – e por isto a frase “governar es poblar” foi um impulso e um ideal da nova nação. Depois de uma rápida e mal sucedida experiência de utilização da mão-de-obra africana, a Argentina partiu para a atração de imigrantes de origem européia. Ao adotar a imigração como uma solução o país estava revogando as idéias do seu passado recente, baseadas nas leis espanholas de exclusão. O fluxo imigratório foi tão intenso que se pode afirmar que o processo demográfico e a incorporação maciça dos imigrantes foram umas chaves fundamentais de sua história. A Argentina, assim tornou-se um dos maiores pólos de imigração do Ocidente, sendo mais do que 80% provenientes da Itália e Espanha. Os números sobre a imigração são muito diferenciados, havendo alcançado segundo Benthel (1993), 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 60% permaneceram no país, número este expressivo em termos da pequena população local na época. Do excelente conjunto das estatísticas de Vázquez-Presedo (1971), destaca-se os quinquênios 1885-1890, 1905-1910 e 1910-1915, onde a taxa de imigração líquida superou a do crescimento vegetativo, sendo que no primeiro foi mais do que o dobro.

Resta destacar ainda, que as modificações que a grande quantidade de imigrantes, provenientes das mais diferentes regiões do mundo, trouxeram a Argentina não levaram o país a perder a sua identidade.

Referências bibliográficas

- BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- BUNGE, A. E. **Una Nueva Argentina**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentinas, 1984.
- CORTÉS CONDE, R. **El Progreso Argentino, 1880-1914**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1979.
- _____. "El Crecimiento de la Economía Argentina (1970-1914)". In: BETHELL, Leslie. (ed) **História da América Latina**. 10 América de Sur. 1870-1930. Barcelona: Editorial Crítico, 1991.
- CORTÉS CONDE, R., HARRIAGUE, M. Estimaciones del Producto Bruto Interno de la Argentina, 1875-1935. **Documento de Trabajo n. 3**, Universidade de San Andrés, Buenos Aires: Octubre 1994.
- CORTÉS CONDE, R. **La Economía Argentina en el Largo Prazo (siglos XIX y XX)**, Buenos Aires: Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.
- DÍAZ ALEJANDRO, C. F. **Argentina, Australia e Brazil before 1929**. In PLATT, D. C. M. DI TELLA, G. *Argentina, Australia and Canada. Studies in comparative development. 1870-1965*. Oxford: St Antony's College, 1985.
- _____. **Essays on the Economic History of the Argentina Republic**. New Haven: Yale University Press, 1970.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. **História Contemporanea de la America Latina**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- HENNESSY A. Argentines, Anglo-Argentines and Others. In: HENNESSY, A, KING, J. **The Land That England Lost**. London: British Academic Press, 1992.
- HIRSCHMAN, A. "A General Linkage Approach to Development with Special Reference to Stamples". In: **Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- LANDES, David. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.
- LENZ, Maria Heloisa. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 406 p. Mimeografado.
- LEWIS, Colin. "Del crecimiento al retraso económico: una revisión de los recientes debates sobre la historia económica y social argentina". **Ciclos en la historia, la economía e la sociedad**. Año 9, v. 9, n. 18, 2º semestre de 1999.

- LYNCH, Jonh. "From independence to national organization". In: BETHELL, L. *Argentina since independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MAEDER, Ernesto. J. A. "Poblacion e inmigracion en la Argentina entre 1880 y 1910". In: FERRARI, G; GALLO, E. (copiladores). **La Argentina del ochenta al centenario**, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.
- ORTIZ, Ricardo M. **Historia economica de la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1987.
- RAPOPORT, M. El Modelo Agroexportador Argentino, 1880-1914. In: RAPOPORT, Mario. (Compilador). **Economia e Historia. Contribuciones a la historia economica argentina**. Buenos Aires: Editorial Tesis, 1988.
- TAYLOR, Alan. **Three Phases of Argentine Economic Growth**. Historical Paper. n. 60. National Bureau of Economic Research. Cambridge, 1994. (mimeo).
- _____. "External Dependence, Demographic Burdens, and Argentine Economic Decline After the Belle Époque". **The Journal of Economic History**, vol. 52, 1992.
- THOMAS, Hugh. **The slave trade. The story of the atlantic slave trade:1440-1870**. New York: Simon and Chuster, 1997.
- THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão. Uma história econômica da América Latina no século XX**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2000.
- VÁZQUEZ-PRESEDO, V., **El caso argentino. Migración de fatores, comercio exterior y desarrollo 18875-1914**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.
- VÁZQUEZ-RIAL H. Superpoblación y concentración urbana en un país desierto. VÁZQUEZ-RIAL Horacio (org) (1996) Buenos Aires 1880-1913. La capital de un imperio imaginario. Madrid: Alianza Editorial: 1996.
- _____. (1996) "El ochenta". In: VÁZQUEZ-RIAL Horacio. **Buenos Aires 1880-1913. La capital de un imperio imaginario**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- VÁZQUEZ-PRESEDO, V. **Estadísticas históricas Argentinas (Comparadas)**. Primera Parte -1875-1914 e Segunda Parte -1914-1939. Buenos Aires: Macchi, 1971, 1976.
- WATKINS, M. A Staple Theory of Economic Growth. **The Canadian Journal Of Economics and Political Science**. XXIV, 1963.